

## **M&G POLIÉSTER S.A.**

CNPJ n.º 56.806.656/0001-50  
NIRE 35.300.147.693

COMPANHIA ABERTA

### **Proposta da Administração para a Assembleia Geral Ordinária/2014**

Em atendimento ao disposto no inciso I do §1º do artigo 9º, no artigo 10 e no artigo 12, incisos I e II, da Instrução da CVM nº 481 de 17 de dezembro de 2009 (“ICVM 481”), a Administração da Companhia disponibiliza a seguir os itens 10, 12.6 a 12.10 e 13 do Formulário de Referência (anexo nº 24 da Instrução nº 480, de 7 de dezembro de 2009) da M&G Poliéster S.A., bem como a Proposta de Remuneração dos Administradores.

O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Parecer dos Auditores Independentes, o Parecer do Conselho Fiscal, a Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e a Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes, relativos às Demonstrações Financeiras (controladora e consolidado), bem como as Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP (controladora e consolidado), foram arquivadas na CVM no dia 14 de março de 2014 e estão disponíveis para consulta no website da Companhia ([www.mg-chemicals.com.br](http://www.mg-chemicals.com.br))

## **10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais**

### **10.1 – Os diretores devem comentar sobre:**

#### **a) Condições financeiras e patrimoniais gerais;**

#### **2013**

O ano de 2013 mostrou um crescimento de 1,2% no setor industrial brasileiro, enquanto o crescimento do PIB foi de 2,3%. Apesar desse crescimento o cenário macroeconômico doméstico e internacional ainda demonstra incertezas, as margens internacionais continuam reduzidas, refletindo nos indicadores financeiros da Companhia.

Nesse cenário, com a inflação próxima ao topo da meta estabelecida pelo governo, e indicadores de um consumo geral retraído, no ano de 2013 o consumo de embalagens de Resina PET manteve-se quase inalterado com uma redução de apenas 0,5%.

No ano de 2013 os preços de resinas PET se mantiveram praticamente inalterados quando comparados com o ano de 2012, alinhado aos preços praticados nos mercados internacionais e acompanhando a tendência dos preços das matérias-primas usadas na produção de resinas PET. A cotação média do câmbio mostra uma desvalorização de 10,4% do real frente ao dólar norte americano no final do ano de 2013 (R\$2,1576) quando comparado com o final de 2012 (R\$1,9546). Quanto à taxa fim essa sofreu uma desvalorização de 14,6% do real frente ao dólar norte americano no final do ano de 2013 (R\$2,3426) quando comparado como o final do ano de 2012 (R\$2,0435). Se o cenário

atual for mantido a Companhia espera ter um ambiente mais competitivo para o próximo ano.

Em 19 de julho de 2013, a Companhia efetuou reestruturação societária, conforme deliberação em assembleia geral extraordinária e fato relevante publicado no mesmo dia, onde parte de seus investimentos, correspondente ao segmento de Fibras e Reciclagem, composto pelas empresas M&G Fibras e Resinas Ltda. e M&G Fibras Brasil S.A. foram descontinuados da M&G Poliéster S.A. e transferidos para uma nova empresa criada no mesmo ato denominada M&G Fibras Holding S.A. (sociedade anônima de capital fechado), controlada pela M&G Fibras Participações Ltda. (criada por conta da cisão da controladora M&G Resinas Participações Ltda.), controlada indiretamente pela M&G Finanziaria S.r.l. com sede em Tortona, Itália.

A administração da M&G Poliéster S.A. entendeu que a referida reestruturação societária, atende aos interesses da Companhia e de seus acionistas uma vez que: (a) a descontinuação do Negócio Fibras permitirá que tanto este quanto a atividade ligada à fabricação de resinas PET (“Negócio PET”), sejam desenvolvidos de forma separada, viabilizando a concentração de esforços e recursos no principal negócio de cada unidade e beneficiando diretamente a todos os acionistas; (b) permitirá que os resultados de cada um dos Negócios não seja afetado pelos resultados do outro, de forma que, na medida que um dos Negócios gere resultados positivos, estes beneficiarão o mesmo Negócio, permitindo, se for o caso, sua distribuição aos acionistas; (c) a operação de transferência desses investimentos não acarreta prejuízo aos acionistas da Companhia, uma vez que, além de não alterar a sua respectiva participação na M&G Poliéster S.A., eles mantêm, na M&G Fibras Holding S.A. a mesma participação acionária e os mesmos direitos atualmente detidos na Companhia.

A acionista controladora da M&G Poliéster S.A. é a M&G Resinas Participações Ltda. e o controlador final da M&G Resinas Participações Ltda. é, a Mossi & Ghisolfi International S.a.r.l que, por sua vez, é controlada pela M&G Chemicals S.A. com sede em Luxemburgo, que por sua vez é controlada pela M&G Finanziaria S.r.l. com sede em Tortona, Itália

## **2012**

O ano de 2012 manteve o mesmo cenário macroeconômico do último trimestre de 2011, com a desaceleração da atividade econômica em diversos setores produtivos, refletindo diretamente no resultado do setor petroquímico. O cenário doméstico e internacional desfavorável explica também as margens internacionais reduzidas e os indicadores financeiros da Companhia.

O recuo da produção industrial brasileira no ano de 2012 e outras variáveis doméstica e externas, mesmo com as medidas tomadas pelo governo para estimular a reversão desse cenário, fizeram com que a taxa de crescimento do PIB fosse de apenas 0,9%, bem abaixo da expectativa de crescimento esperada pelo governo, que era de 4,5%.

O ano de 2012 apresenta uma redução nos preços de resinas PET e fibras de Poliéster quando comparado com o ano de 2011, alinhado aos preços praticados nos mercados internacionais e acompanhando consequentemente a tendência dos preços das matérias-primas usadas na produção de resinas PET e fibras de Poliéster. A cotação média do câmbio mostra uma desvalorização de 16,7% do real frente ao dólar norte americano no final do ano de 2012 (R\$1,9546) quando comparado com o final de 2011 (R\$1,6750). Quanto à taxa fim essa sofreu uma desvalorização de 8,9% do real frente ao dólar norte

americano no final do ano de 2012 (R\$2,0435) quando comparado como o final do ano de 2011 (R\$1,8758). Se o cenário atual for mantido a Companhia espera ter um ambiente mais competitivo para o próximo ano.

Além dos fatos macroeconômicos acima mencionados que influenciaram diretamente os negócios da Companhia no ano de 2012, outros fatos tiveram pesos importantes com reflexos diretos no desempenho dos seus segmentos de negócio.

O segmento de Resina PET no ano de 2012 teve um bom desempenho, marcado pela recuperação e crescimento contínuo dos resultados. Mesmo em um ambiente em que a indústria nacional sofreu um recuo e os volumes de importações oriundas da Ásia continuam a ser uma realidade, o Market Share do segmento Resina PET foi praticamente mantido. O segmento Fibras de Poliéster foi impactado principalmente pelo desequilíbrio causado no setor têxtil pela queda brusca do preço do algodão a partir de 2011 deixando fortes reflexos ao longo de 2012, e os volumes elevados de importação de toda a cadeia têxtil.

## **2011**

Em 2011 o crescimento industrial no Brasil foi modesto de 1,6%, e o da indústria de transformação foi ainda menor, de apenas 0,1%-. Apesar da produção manufatureira do primeiro trimestre do ano de 2011 ter tido um crescimento em linha com o ano de 2010, os três trimestres seguintes vieram em sentido contrário, e mesmo com uma melhora no final do ano 2011, a produção industrial mostrou uma contínua retração. Em contraste com o que se observou durante a fase mais aguda da crise internacional em 2008-2009, não foi a fraqueza das exportações de produtos industrializados que retraiu em 2011, mas o baixo crescimento industrial deve –se em grande parte pela falta de investimento no aumento da capacidade de produção, já que houve um crescimento de 4,1% do consumo das famílias.

Este crescimento do consumo das famílias repercutiu no PET que teve um crescimento de demanda.

Outros fatores que tiveram impacto no ano de 2011 foram de um lado o aumento nos preços de resinas PET e fibras de Poliéster quando comparado com o ano de 2010, alinhado aos aumentos praticados nos mercados internacionais e acompanhando a tendência dos preços das matérias-primas usadas na produção de resinas PET e fibras de Poliéster e de certa forma as altas das cotações do petróleo (o efeito dos preços médios das matérias primas no mercado internacional teve um aumento de 32% em 2011 enquanto os aumentos da resina PET e das fibras de Poliéster no mesmo mercado foram de 30% e 25% respectivamente). Do outro lado a cotação de câmbio voltou a mostrar certa volatilidade com uma desvalorização de 12% do real frente ao dólar norte americano no final do ano de 2011 (R\$1,87) quando comparamos com o final de 2010 (R\$1,67). Durante o ano de 2011 a cotação de câmbio manteve sempre uma valorização diante do câmbio praticado em 2010. Essa evolução foi gradativa ao longo do ano de 2011 e pode ser observada pelos valores de 1T11 R\$1,63, 2T11 R\$1,56 e 3T11 R\$1,85, com uma tendência inversa para o início de 2012 que no final de fevereiro voltou aos patamares próximos ao final de 2010 de R\$1,71.

Além dos fatos macroeconômicos acima mencionados que influenciaram diretamente os negócios da Companhia no ano de 2011, outros fatos tiveram pesos importantes com reflexos diretos no desempenho dos seus segmentos de negócio.

No segmento de Resina PET o ano de 2011 iniciou se com um bom desempenho mantendo a mesma tendência alcançada pela Companhia no ano de 2010, marcado pela recuperação e crescimento contínuo dos resultados, onde as vantagens competitivas e a contínua

recuperação das margens vinham sendo mantidas. Esse bom desempenho foi interrompido no segundo trimestre, conforme fato relevante divulgado no dia 25 de abril de 2011, quando a produção na unidade industrial da controlada M&G Polímeros Brasil S.A., localizada em Suape-PE, esteve temporariamente paralisada para implementação dos ajustes e reparos no sistema de polimerização, necessários em função do blackout, ocorrido no início de fevereiro de 2011, que atingiu a maioria dos Estados da região nordeste do país. As paralisações somaram 45 dias e geraram gastos adicionais de R\$13.743, sendo R\$8.482, reconhecido no resultado do exercício de 2011 e R\$5.261 relacionados à manutenção dos ativos. A partir do final do mês de maio de 2011, a unidade industrial da controlada M&G Polímeros Brasil S.A. voltou a operar normalmente. No segmento de Fibras de poliéster, o 1T11 foi notavelmente positivo devido a continuidade da alta excepcional do preço do algodão que impulsionou a nível mundial a demanda da fibra de poliéster em substituição daquele produto. A partir do 2T11 houve expressiva queda no preço do algodão, afetando ao contrário, isto é, a substituição da fibra de poliéster pelo algodão.

A receita líquida da Companhia mesmo com redução do volume vendidos, alcançou no ano de 2011 R\$1.724,3 milhões, 5,1% maior que o ano de 2010.

A receita líquida com vendas do negócio Resina PET teve um aumento de 5,0% com relação ao ano de 2010 totalizando no ano de 2011 R\$1.388,10 milhões. O negócio Fibras de Poliéster apresentou um acréscimo de 3,8% da receita com relação ao ano de 2010, totalizando no ano de 2011 R\$300,5 milhões. Outras atividades tiveram um aumento de 27,0% de receitas com relação ao ano de 2010.

## **b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:**

### **i. hipóteses de resgate**

### **ii. fórmula de cálculo do valor de resgate**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações e manter uma adequada estrutura de capital.

A estrutura de capital da companhia é formada de capital próprio, por aporte de capital e capital de terceiros oriundos de capital de giro de fornecedores e financiamentos bancários de longo e de curto prazo.

A Companhia e suas controladas incluem na estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa.

Não há hipóteses de resgates de ações de emissão da Companhia.

## **c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:**

A política de gestão do endividamento da Companhia prevê a utilização de linhas de créditos explorando a capacidade de financiamento do mercado doméstico para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazo.

A Companhia por meio do acompanhamento do seu fluxo de caixa diário somado ao “forecast” dos próximos três meses, antecipa os possíveis riscos de não cumprimento das suas obrigações. Esta visão futura permite que a Companhia tome de forma antecipada medidas para mitigar esses riscos, Uma dessas medidas é a utilização de capital de terceiros para financiar seu capital circulante bem como para realizar parte de investimentos de longo prazo.

Os Administradores entendem que a companhia se utiliza de ferramentas eficazes para mitigar riscos de não cumprimento das suas obrigações, não correndo assim o risco da incapacidade de pagamento de seus compromissos financeiros.

**d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:**

Em 2013 As fontes de financiamento de capital de giro da Companhia estão divididas em Notas de Créditos de Exportação, Notas de Crédito Industrial, ACC/ACE, BNDES Exim e Cédula de Crédito Bancário com prazos de 1 a 3 anos.

**e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:**

A Companhia não pretende aumentar o seu atual nível de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes.

**f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

	Taxa efetiva média anual de juros - %	Vencimentos	Consolidado			
			31/12/2013		31/12/2012	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Em moeda estrangeira:						
Financiamento a importação (EURO)	9		-	-	1.847	6.266
ACC/ACE	5	2014 a 2015	24.923	14.815	25.255	-
Cédula de Crédito Bancário	4	2014	22.204	-	-	-
Financiamento BNDES (US\$)	7	2018	4.645	15.310	3.835	17.362
			<b>51.772</b>	<b>30.125</b>	30.937	23.628
Em moeda nacional:						
Notas de crédito de exportações	15	2014	25.386	-	33.693	423
Nota de crédito industrial	13	2014 a 2015	92.876	5.000	125.818	20.300
Cédula de Crédito Bancário	13	2014	10.090	-	24.229	-
Finame	8	2013	-	-	380	2.412
Financiamento BNDES	8	2018	38.562	126.756	36.559	164.783
Financiamento BNB	9	2018	13.252	44.000	12.530	57.200
			<b>180.166</b>	<b>175.756</b>	233.209	245.118
			<b>231.938</b>	<b>205.881</b>	264.146	268.746

\*Capital de Giro: Financiamento a importação (US\$), ACC/ACE, Notas de crédito de exportações, Nota de crédito industrial e Cédula de crédito bancário.

\*Financiamentos de Investimentos: Financiamento BNDES (US\$), Financiamento BNB, Financiamento BNDES e Finame.

*i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes:*

A controlada M&G Polímeros Brasil S.A. possui financiamentos de longo prazo com o BNDES, BNB e bancos repassadores.

Esses contratos de financiamento incluem diversas obrigações e compromissos à M&G Polímeros Brasil S.A., entre eles o de manter índice de cobertura da dívida sem caixa acumulado ("ICSD") de, no mínimo, 1,15 (um inteiro e quinze décimos) vezes nos 3 primeiros anos de amortização, e de manter esse índice em, no mínimo, 1,30 (um inteiro e trinta décimos) vezes nos anos remanescentes dos contratos de financiamentos mencionados.

Como garantia desses financiamentos, a Companhia empenhou a totalidade de suas ações na controlada M&G Polímeros Brasil S.A.

Essa controlada empenhou a totalidade dos ativos e da geração de direitos creditórios nas operações, bem como cedeu fiduciariamente direitos decorrentes de contratos por ela celebrados.

*ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras*

Na controlada M&G Polímeros S.A., temos uma dívida de capital de giro de longo prazo, com vencimento no início de 2013, no valor de R\$ 19.814.

*iii. grau de subordinação entre as dívidas*

A Administração da Companhia reitera que não existe grau de subordinação entre as dívidas contratadas e confirma também não haver subordinação referente às obrigações registradas no seu passivo exigível, onde os pagamentos dessas obrigações obedecem aos acordos estabelecidos entre a Companhia e seus credores sem que haja qualquer tipo de privilégio.

Contratualmente a dívida de capital de giro é subordinada a dívida de longo prazo.

*iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário*

Existem algumas restrições nos contratos do financiamento de longo de prazo como mencionado acima, em especial:

Limite para contratação de dívidas de capital de giro no valor de R\$ 190 milhões. Essas restrições aplicam-se à amortização de ações e emissão de debentures.

Caso o índice de cobertura da dívida (ICD) seja inferior a 1,5 não poderão ser distribuídos dividendos, além dos dividendos mínimos obrigatórios, nem poderão ser pagos juros sobre o capital próprio ou ser aprovada a redução de capital, sem a prévia autorização dos Credores.

A Companhia empenhou a totalidade de suas ações da controlada M&G Polímeros Brasil S.A.. Essa controlada empenhou a totalidade dos ativos e da geração de direitos creditórios nas operações, bem como cedeu fiduciariamente direitos decorrentes de contratos por ela celebrados.

**g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados:**

A Companhia utiliza todos os limites contratados e mantém negociações constantes com as instituições financeiras do mercado para manutenção ou acréscimo de linhas de crédito na medida das necessidades da Companhia.

**h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:**

<b>Principais Indicadores - Consolidado</b>			
<b>(R\$ milhões)</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Volumes Totais (mil toneladas)	436,6	508,7	487,6
Volume Resina PET (mil toneladas)	436,6	435,8	404,3
Volume Fibra Poliéster (mil toneladas)	-	66,9	74,2
Volume Outros (mil toneladas)	-	6,0	9,1
Receita Líquida	1.726,5	1.908,0	1.724,3
Lucro (Prejuízo) Líquido	(8,4)	(9,1)	(66,9)
EBITDA	131,1	105,6	84,3
<b>Demonstração do Ebitda - Consolidado</b>			
<b>(R\$ milhões)</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Lucro (Prejuízo) Líquido	(8,4)	(9,1)	(66,9)
Prejuízo Líquido das operações descontinuadas	35,5	-	-
Resultado Financeiro	72,3	82,9	120,1
I.R. e C.S.L.L. corrente e diferido	5,3	(7,0)	(15,5)
Depreciação e amortização	29,7	39,1	51,9
Participação dos Minoritários	(3,3)	(0,3)	(5,3)
EBITDA	131,1	105,6	84,3

**2013**

O lucro líquido consolidado no ano de 2013 apresenta resultado negativo de R\$8,4 milhões, sendo que R\$35,5 milhões tem como origem o resultado das operações descontinuadas apurada nesse exercício. Excluído esse efeito o resultado líquido do exercício seria positivo de R\$27,1 milhões, líquidos dos efeitos de imposto de renda e da contribuição social.

O lucro líquido no ano foi afetado de forma significativa em consequência da variação cambial negativa. A cotação do câmbio voltou a mostrar certa volatilidade apresentando uma desvalorização de 14,6% do real frente ao dólar norte americano no final do ano de 2013 (R\$2,34) quando comparamos com o final de 2012 (R\$2,04). Este movimento do câmbio, explica a variação cambial negativa de R\$13,5 milhões.

Como mencionado no item a “Condições financeiras e patrimoniais gerais”, devido à reestruturação societária da Companhia os segmentos de Fibras de Poliéster e Reciclagem foram segregados, tendo seus resultados computados até o mês de julho de 2013, quando contabilmente a reestruturação societária foi concretizada. Esses resultados estão apresentados na demonstração do resultado da Companhia na linha “operações descontinuadas”.

## **2012**

O lucro líquido consolidado no ano de 2012 apresenta resultado negativo de R\$9,1 milhões (R\$66,9 milhões resultado negativo em 2011).

O lucro líquido no ano de 2012 foi afetado de forma significativa em consequência da variação cambial negativa. Como mencionado na introdução, a cotação do câmbio voltou a mostrar certa volatilidade apresentando uma desvalorização de 8,9% do real frente ao dólar norte americano no final do ano de 2012 (R\$2,04) quando comparamos com o final de 2011 (R\$1,87). Este movimento do câmbio, explica a variação cambial negativa de R\$22,2 milhões. Dos R\$22,2 milhões, 47,7% (R\$10,6 milhões) refere-se a transações intercompany com a controladora indireta da Companhia, referente a fornecimento de matéria prima e outras prestações de serviços.

## **2011**

O lucro líquido consolidado no ano de 2011 apresenta resultado negativo de R\$66,9 milhões (R\$3,6 milhões resultado negativo em 2010).

Além da paralisação temporária na produção na unidade industrial da controlada M&G Polímeros Brasil S.A., localizada em Suape-PE mencionada na introdução um impacto significativo no lucro líquido negativo é consequência da variação cambial negativa. Como mencionado na introdução, a cotação do câmbio voltou a mostrar certa volatilidade apresentando uma desvalorização de 12% do real frente ao dólar norte americano no final do ano de 2011 (R\$1,87) quando comparamos com o final de 2010 (R\$1,67), voltando a R\$1,71 ao final de fevereiro de 2012. Este movimento do câmbio, com evidente pico no final do ano de 2011, explica a variação cambial negativa: dos R\$42,4 milhões em dezembro de 2011 (R\$2,1 milhões em 2010) somente R\$3,2 milhões (8% do total) é variação cambial realizada, ou seja, com saída de caixa, e R\$39,1 milhões (92% do total) referem-se a variação cambial não realizada, ou seja apenas com efeitos contábeis sem afetar o caixa da Companhia. Dos R\$39,1 milhões referente a parte não realizada 98,3% (R\$38,5 milhões) refere-se a transações intercompany com a controladora indireta da Companhia, onde 36,5% (R\$14,3 milhões) desse total refere-se a saldos acumulados de transações (conforme detalhado nota explicativa 19 item b) que desde a assinatura do contrato em 2007 até a data de publicação do balanço não foram pagos, 55,9% (R\$21,9 milhões) refere-se a fornecimento de matéria prima e o restante refere-se a outras prestações de serviços.

Até o final de fevereiro de 2012, mais de 81% (USD 105,5 milhões) do saldo a pagar sobre o fornecimento de matéria prima referente a transações intercompany presentes no balanço de 2011 (base que gerou a variação cambial negativa não realizada acima mencionada de R\$ 21,9 milhões) foi pago a uma taxa de câmbio média de R\$1,754. Considerando que a taxa do dólar final de 2011 foi de R\$1,876 esse pagamento gerou em 2012 uma receita de variação cambial no resultado líquido da Companhia de R\$13,3 milhões e um desembolso de caixa de variação cambial de R\$2,0 milhões.



## **10.2 – Resultado Operacional e Financeiro**

### **10.2 – Os diretores devem comentar:**

**a) Resultados das operações do emissor:**

- i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita;
- ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais;

**b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:**

**c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor:**

**Os itens acima estão descritos no contexto abaixo:**

No ano de 2013 os preços de resinas PET se mantiveram praticamente inalterados quando comparados com o ano de 2012, alinhado aos preços praticados nos mercados internacionais e acompanhando a tendência dos preços das matérias-primas usadas na produção de resinas PET.

Tendo em vista a reestruturação da Companhia apontada no item “a”, todas as comparações a seguir levam em consideração apenas as operações em continuidade.

O volume de vendas de Resina PET no ano de 2013 apresentou uma redução total de 0,5% com relação ao ano de 2012, alcançando 433,6 mil toneladas (435,8 mil toneladas no ano de 2012). Apesar dessa pequena retração, o mercado de Resina PET ainda está em fase de crescimento no país, devido principalmente às novas aplicações tais como sucos, leite longa vida e etc.

A receita líquida da Companhia, alcançou no ano de 2013 R\$1.726,5 milhões, 8,5% maior que o ano de 2012.

O EBITDA da Companhia foi positivo em R\$131,1 milhões no ano de 2013 (R\$113,2 milhões em 2012), um aumento de 15,8% em relação ao ano anterior.

O lucro líquido consolidado no ano de 2013 apresenta resultado negativo de R\$8,4 milhões (R\$9,1 milhões resultado negativo em 2012), sendo que R\$35,5 milhões tem como origem o resultado das operações descontinuadas apurada em 2013 (R\$30,1 milhões apurado em 2012). Excluído esse efeito o resultado líquido do exercício de 2013 seria positivo de R\$27,1 milhões, líquidos dos efeitos de imposto de renda e da contribuição social (R\$20,9 milhões em 2012).

O lucro líquido no ano de 2013 foi afetado de forma significativa em consequência da variação cambial negativa. Como mencionado na introdução, a cotação do câmbio voltou a mostrar certa volatilidade apresentando uma desvalorização de 14,6% do real frente ao dólar norte americano no final do ano de 2013 (R\$2,34) quando comparamos com o final de 2012

(R\$2,04). Este movimento do câmbio, explica a variação cambial negativa de R\$13,5 milhões.

## **2012**

O ano de 2012 foi marcado pela recuperação e crescimento dos resultados e volume total de vendas quando comparado com o ano de 2011. Este cenário foi marcado por dois fatores distintos: recuperação do volume de vendas no negócio Resina PET, prejudicada em 2011 pela paralisação temporária da produção da unidade industrial localizada em Suape – PE e no negócio Fibras de Poliéster pelos volumes elevados de importação de toda a cadeia têxtil.

O volume de vendas da Companhia no ano de 2012 apresentou um aumento total de 4,3% com relação ao ano de 2011, alcançando 508,7 mil toneladas (487,6 mil toneladas no ano de 2011).

O volume de vendas do negócio Resina PET no ano de 2012 apresentou um aumento de 7,8% com relação ao ano 2011, alcançando 435,8 mil toneladas (404,3 mil toneladas em 2011).

O volume de vendas do negócio Fibras de Poliéster no ano de 2012 apresentou uma redução de 9,8% com relação ao ano 2011 alcançando 66,9 mil toneladas (74,2 mil toneladas em 2011).

Outras unidades de negócios alcançaram volume de vendas de 6,0 mil toneladas no ano de 2012 (9,1 mil toneladas em 2011), uma redução de 34,5% com relação ao ano de 2011.

A receita líquida da Companhia, alcançou no ano de 2012 R\$1.908,0 milhões, 10,7% maior que o ano de 2011.

A receita líquida com vendas do negócio Resina PET teve um aumento de 14,6% com relação ao ano de 2011 totalizando no ano de 2012 R\$1.591,10 milhões. O negócio Fibras de Poliéster apresentou uma redução de 2,9% da receita com relação ao ano de 2011, totalizando no ano de 2012 R\$291,7 milhões. Outras atividades tiveram uma redução de 29,5% de receitas com relação ao ano de 2011.

O EBITDA da Companhia foi positivo em R\$105,6 milhões no ano de 2012 (R\$84,3 milhões em 2011) , um aumento de 25,3 % em relação ao ano anterior.

O lucro líquido consolidado no ano de 2012 apresenta resultado negativo de R\$9,1 milhões (R\$66,9 milhões resultado negativo em 2011).

O lucro líquido no ano de 2012 foi afetado de forma significativa em consequência da variação cambial negativa. Como mencionado na introdução, a cotação do câmbio voltou a mostrar certa volatilidade apresentando uma desvalorização de 8,9% do real frente ao dólar norte americano no final do ano de 2012 (R\$2,04) quando comparamos com o final de 2011 (R\$1,87). Este movimento do câmbio, explica a variação cambial negativa de R\$22,2 milhões. Dos R\$22,2 milhões, 47,7% (R\$10,6 milhões) refere-se a transações intercompany com a controladora indireta da Companhia, referente a fornecimento de matéria prima e outras prestações de serviços.

## **2011**

O ano de 2011 foi marcado pela redução do volume de vendas quando comparado com o ano de 2010. Esta redução a partir do segundo trimestre foi marcada por dois fatores distintos: no negócio Resina PET, pela paralisação temporária da produção da unidade industrial localizada em Suape - PE no negócio Fibras de Poliéster pela forte queda do preço do algodão a partir do 2º trimestre de 2011.

O volume de vendas da Companhia no ano de 2011 apresentou uma redução total de 14,6% com relação ao ano de 2010, alcançando 487,6 mil toneladas (570,7 mil toneladas no ano de 2010).

Vale ressaltar que o ano de 2010 foi marcado por fatores conjunturais muito positivos com crescimento extraordinário do PIB brasileiro de 7,5% , onde se constatou um aumento no volume de vendas de refrigerante fora do período de sazonalidade. Esses fatores refletiram de forma positiva nos segmentos de atuação da Companhia e contribuíram para que ela atingisse volumes de venda acima da média dos últimos anos. Caso esses fatores não tivessem ocorrido, e o segmento tivesse tido um crescimento dentro de um patamar normal, o volume de vendas da Companhia no ano de 2010 teria sido de aproximadamente 485 mil toneladas, que se excluindo também os efeitos causados pela paralisação temporária da unidade industrial localizada em Suape o volume de vendas de 2011 estaria num patamar mais realista de comparação.

O volume de vendas do negócio Resina PET no ano de 2011 apresentou uma redução de 14,7% com relação ao ano 2010, alcançando 404,3 mil toneladas (474,1 mil toneladas em 2010).

Se a paralisação temporária da planta em Suape não tivesse ocorrido o volume no segmento resina PET seria maior em 60 mil tons aproximadamente, alcançando no ano de 2011 464,3 mil tons.

O volume de vendas do negócio Fibras de Poliéster no ano de 2011 apresentou uma redução de 14,0% com relação ao ano 2010 alcançando 74,2 mil toneladas (86,3 mil toneladas em 2010).

Outras unidades de negócios alcançaram volume de vendas de 9,1 mil toneladas no ano de 2011 (10,3 mil toneladas em 2010), uma redução de 11,7% com relação ao ano de 2010.

A receita líquida da Companhia mesmo com redução do volume vendidos, alcançou no ano de 2011 R\$1.724,3 milhões, 5,1% maior que o ano de 2010.

A receita líquida com vendas do negócio Resina PET teve um aumento de 5,0% com relação ao ano de 2010 totalizando no ano de 2011 R\$1.388,10 milhões. O negócio Fibras de Poliéster apresentou um acréscimo de 3,8% da receita com relação ao ano de 2010, totalizando no ano de 2011 R\$300,5 milhões. Outras atividades tiveram um aumento de 27,0% de receitas com relação ao ano de 2010.

O EBITDA da Companhia foi positivo em R\$84,3 milhões no ano de 2011( R\$126,6 milhões em 2010) , uma redução de 33,4% em relação o ano anterior.

Se a paralisação temporária da planta de Suape não tivesse ocorrido, o EBITDA da Companhia seria de aproximadamente de R\$115,3 milhões, ou seja, um acréscimo de R\$31 milhões.

O lucro líquido consolidado no ano de 2011 apresenta resultado negativo de R\$66,9 milhões (R\$3,6 milhões resultado negativo em 2010).

Além da paralisação temporária na produção na unidade industrial da controlada M&G Polímeros Brasil S.A., localizada em Suape-PE mencionada na introdução um impacto significativo no lucro líquido negativo é consequência da variação cambial negativa. Como mencionado na introdução, a cotação do câmbio voltou a mostrar certa volatilidade apresentando uma desvalorização de 12% do real frente ao dólar norte americano no final do ano de 2011 (R\$1,87) quando comparamos com o final de 2010 (R\$1,67), voltando a R\$1,71 ao final de fevereiro de 2012. Este movimento do câmbio, com evidente pico no final do ano de 2011, explica a variação cambial negativa: dos R\$42,4 milhões em dezembro de 2011 (R\$2,1 milhões em 2010) somente R\$3,2 milhões (8% do total) é variação cambial realizada, ou seja, com saída de caixa, e R\$39,1 milhões (92% do total) referem-se a variação cambial não realizada, ou seja apenas com efeitos contábeis sem afetar o caixa da Companhia. Dos R\$39,1 milhões referente a parte não realizada 98,3% (R\$38,5 milhões) refere-se a transações intercompany com a controladora indireta da Companhia, onde 36,5% (R\$14,3 milhões) desse total refere-se a saldos acumulados de transações (conforme detalhado nota explicativa 19 item b) que desde a assinatura do contrato em 2007 até a data de publicação do balanço não foram pagos, 55,9% (R\$21,9 milhões) refere-se a fornecimento de matéria prima e o restante refere-se a outras prestações de serviços.

Até o final de fevereiro de 2012, mais de 81% (USD 105,5 milhões) do saldo a pagar sobre o fornecimento de matéria prima referente a transações intercompany presentes no balanço de 2011 (base que gerou a variação cambial negativa não realizada acima mencionada de R\$ 21,9 milhões) foi pago a uma taxa de câmbio média de R\$1,754. Considerando que a taxa do dólar final de 2011 foi de R\$1,876 esse pagamento gerou em 2012 uma receita de variação cambial no resultado líquido da Companhia de R\$13,3 milhões e um desembolso de caixa de variação cambial de R\$2,0 milhões.

### **10.3 – Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras:**

Em 19 de julho de 2013 a Companhia publicou fato relevante informando que na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19.07.2013 (“AGE”), foi aprovada a proposta de cisão parcial da Companhia, com versão da parcela cindida correspondente às atividades de fabricação de fibras de poliéster desenvolvidas pela Companhia (“Negócios Fibra”) para uma nova sociedade, denominada M&G Fibras Holding S.A. (“M&G Fibras”) (“Operação” ou “Cisão Parcial”). O capital social da M&G Fibras é de R\$100.000,00, dividido em 8.024.960.477 ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais serão atribuídas aos acionistas da Companhia na proporção de 1 (uma) ação ordinária de emissão da M&G Fibras para cada ação ordinária de emissão da Companhia anteriormente detida. Em decorrência da Cisão Parcial, os acionistas da M&G Poliéster, além de manterem a participação acionária na Companhia, receberão ações de emissão da M&G Fibras, na mesma quantidade e espécie que atualmente possuem no capital da M&G Poliéster. Em razão da aprovação da Operação, o capital social da Companhia passou a ser de R\$523.208.741,58, dividido em 8.024.960.477 ações, todas ordinárias, nominativas e sem

valor nominal. A aprovação da Operação acarretou a modificação do objeto social da M&G Poliéster, a fim de refletir a exclusão das atividades relacionadas aos Negócios Fibras, com a consequente alteração do artigo 3º de seu Estatuto Social. Dessa forma, os acionistas da M&G Poliéster dissidentes da deliberação tomada na AGE sobre a Operação poderão exercer seu direito de recesso, na forma da alínea “a” do inciso III do artigo 137 da Lei das S.A., hipótese em que não receberão as ações de emissão da M&G Fibras a que fariam jus. O valor de reembolso devido aos acionistas que exercerem o direito de recesso em virtude da alteração do objeto social da M&G Poliéster provocada pela Operação corresponderá a R\$0,02 por ação, conforme consta do balanço patrimonial da Companhia referente a 31.12.2012. A AGE também aprovou que a M&G Fibras não seja registrada como companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Dessa forma, tendo em vista a previsão constante dos §§ 3º e 4º do artigo 223 da Lei das S.A., os acionistas da M&G Poliéster têm o direito de exercer o recesso exclusivamente em relação às ações de emissão da M&G Fibras que vierem a receber em decorrência da Operação. Neste caso, no entanto, considerando que o valor contábil da parcela cindida é negativo, resultando, assim, em um valor de patrimônio líquido negativo a ser apresentado pela M&G Fibras, os acionistas que exercerem o direito de recesso em virtude da não abertura de capital da M&G Fibras não farão jus ao recebimento de qualquer valor como reembolso pela participação que lhes for atribuída em tal sociedade. Em qualquer das hipóteses previstas acima, o direito de recesso poderá ser exercido no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da ata da AGE, somente em relação às ações que os acionistas sejam

comprovadamente titulares, de forma ininterrupta, desde 01.07.2013, data da publicação do Fato Relevante que informou sobre a Operação, até a data do efetivo exercício do direito de recesso. As ações de emissão da Companhia continuarão a ser negociadas na BM&FBOVESPA com direito ao recebimento de ações de emissão da M&G Fibras até a data a ser oportunamente definida e divulgada ao mercado por meio de Aviso aos Acionistas. Os acionistas dissidentes poderão exercer seu direito de recesso no prazo previsto acima por meio do seu agente de custódia, no caso das ações depositadas na BM&FBOVESPA, ou perante o agente escriturador Itaú Valores Mobiliários, no caso de ações diretamente custodiadas junto a este, ou, ainda, mediante notificação enviada à sede da Companhia, na qual conste o nome e a qualificação completa do acionista, o número de ações ordinárias de que era titular em 01.07.2013, e a conta bancária em que deverá ser depositado o respectivo valor de reembolso, no caso do exercício do direito de recesso em decorrência da modificação do objeto social da M&G Poliéster. Em qualquer 3 destas hipóteses, o acionista deverá informar expressamente ao agente de custódia, ao agente escriturador ou à Companhia, conforme o caso, se está exercendo o recesso em decorrência da mudança do objeto social da Companhia, hipótese em que não receberá ações de emissão da M&G Fibras a que faria jus, ou em virtude da não abertura de capital da M&G Fibras, hipótese em que manterá a titularidade das ações de emissão da M&G Poliéster atualmente detidas. Caso o acionista não indique expressamente o fundamento do direito de recesso, considerar-se-á que este foi a mudança do objeto social da Companhia decorrente da Operação.

## **10.4 – Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfase no parecer do auditor**

### **10.4 – Mudanças significativas nas práticas contábeis:**

#### **a) Mudanças significativas nas práticas contábeis :**

## 2013

Em 1º de janeiro de 2013 entraram em vigor e foram adotadas pela Companhia novas normas e revisões emitidas pelo IASB, com correspondentes pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM, correspondentes ao CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 19 (R2), CPC 36 (R3), CPC 45, CPC 46.

A adoção dessas novas normas não tiveram impactos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

## 2012

As políticas contábeis adotadas durante o exercício findo e 31 de dezembro de 2012 são consistentes com as adotadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, exceto pelas seguintes revisões ao IFRS em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012:

- **IAS 12 Impostos de Renda (Revisão) - Impostos Diferidos** - Introduz a exigência de que o imposto diferido sobre ativos não sujeitos à depreciação que são mensurados usando o modelo de reavaliação da IAS 16 (CPC 27) sempre sejam mensurados com base na venda do ativo. Esta revisão terá vigência para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012. Esta revisão não gerou um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações do Grupo.
- **IFRS 7 Instrumentos financeiros - Divulgação - Exigências Maiores para Divulgação de desreconhecimentos.** A revisão exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos mas não desreconhecidos para permitir que o usuário das demonstrações financeiras do Grupo entenda a relação entre os ativos que não foram desreconhecidos e os passivos correspondentes. Adicionalmente, a revisão exige a divulgação sobre o envolvimento contínuo da entidade com os ativos desreconhecidos, para permitir que os usuários avaliem a natureza do envolvimento e os riscos relacionados. A norma revisada terá vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2011. A Companhia e suas controladas não possuem ativos com essas características, portanto não houve impacto sobre suas demonstrações financeiras.

## 2011

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia até 31 de dezembro de 2010.

A partir de 1º de janeiro de 2011, a Companhia passou a adotar as melhorias e emendas emitidas pelo IASB para o IFRS 7 – Divulgação de Instrumentos Financeiros e o IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras, as quais não impactaram as Demonstrações

Financeiras de 31 de dezembro de 2011. As alterações introduzidas pelo IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo não impactaram as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011. A adoção do IAS 24 revisado, obrigatória para períodos iniciando em ou após 1º de janeiro de 2011, não resultou em impactos nos números da Companhia, tendo resultado apenas em melhoria nas divulgações de partes relacionadas, refletidas na nota explicativa.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram preparadas de acordo com os pronunciamentos CPC, incluindo os novos pronunciamentos do CPC vigentes para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010 e normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

**b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:**

**2013**

**Operações descontinuadas**

As demonstrações financeiras estão apresentadas os valores dos resultados básicos e diluídos de operações descontinuadas na demonstração do resultado, para qual o CPC 41 (IAS33) exige a apresentação na demonstração do resultado ou nas notas explicativas. A Companhia optou por demonstrar essas informações juntamente com outras informações exigidas para operações descontinuadas na Nota explicativa nº 1.3, apresentando as operações em conformidade na demonstração do resultado.

**2012**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 não houve mudanças com efeitos significativos nas práticas contábeis adotadas pela Companhia até 31 de dezembro de 2011.

**2011**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 não houve mudanças com efeitos significativos nas práticas contábeis adotadas pela Companhia até 31 de dezembro de 2010.

**c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:**

**2013**

**Ênfase**

Conforme divulgado em notas explicativas às Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da M&G Poliéster S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Desta forma, a Administração da Companhia entende como adequada a ênfase acima incluída no parecer dos auditores emitido em 10 de março de 2014.

## **2012**

### **Ênfase**

Conforme divulgado em notas explicativas às Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da M&G Poliéster S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Desta forma, a Administração da Companhia entende como adequada a ênfase acima incluída no parecer dos auditores emitido em 12 de março de 2013.

## **2011**

### **Ênfase**

Conforme divulgado em notas explicativas às Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da M&G Poliéster S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Desta forma, a Administração da Companhia entende como adequada a ênfase acima incluída no parecer dos auditores emitido em 29 de fevereiro de 2012.

## **10.5 – Políticas Contábeis Críticas**

### **10.5 – Políticas contábeis críticas:**

Para a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, foi necessário que nós os diretores, em conjunto com a Administração utilizássemos alguns julgamentos, estimativas e premissas. Assim, as demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vida útil do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da



provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, tais como, perdas em estoque, provisões para realização de créditos tributários e obrigações legais vinculadas a processos judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases trimestrais.

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Apresentação de informação por segmentos

A Companhia apresenta informações por segmento operacional ou unidade de negócio, com base nas informações regularmente revistas pelo principal gestor de suas operações, para a avaliação do seu desempenho e para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e de acordo com o CPC 22 e IFRS 8.

b) Conversão em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora e suas controladas. Transações em moeda estrangeira são inicialmente convertidas para a moeda funcional e registradas pela taxa de câmbio vigente na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos a taxa de câmbio da moeda funcional vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras. São reconhecidos na demonstração do resultado, os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos em moeda estrangeira.

c) Reconhecimento de receita

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, na extensão em que for provável que os benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e suas controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variação no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado, sendo calculada com base método dos juros efetivos.

d) Incentivos de ICMS - Prodepe

Os benefícios advindos do incentivo de ICMS - Prodepe são registrados quando realizados a crédito da rubrica "Impostos sobre vendas" na demonstração do resultado.

e) Julgamentos, estimativas e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessária a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de

determinados ativos, passivos e outras transações. A Administração da Companhia para definir tais estimativas e premissas, baseou-se em experiências de anos anteriores e vários outros fatores julgados razoáveis considerados fatos e circunstâncias. As premissas das estimativas são revisadas trimestralmente, e caso seja necessário, as mudanças são reconhecidas no exercício que a estimativa é revisada, porém mesmo que estas premissas e estimativas sejam revisadas pela Administração, os resultados reais podem ser diferentes dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes.

Segue abaixo os critérios de estimativas e premissas mais relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras:

- *Provisão para perdas com créditos*  
Essa provisão é fundamentada em análise dos créditos pela administração, que leva em consideração o histórico e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.
- *Vida útil dos ativos de longa vida*  
A Companhia reconhece a depreciação ou amortização dos ativos de longa vida com base em vida útil estimada, que representa as práticas da indústria e sua experiência. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.
- *Obrigações legais vinculadas a processos judiciais*  
As contingências são analisadas pela administração em conjunto com seus assessores jurídicos. A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. Essas avaliações envolvem julgamentos da administração e podem diferir dos resultados reais futuros.
- *Imposto de renda diferido*  
O método passivo de contabilização é usado para o imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais e para compensação com prejuízos fiscais. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade do montante a registrar do ativo fiscal.

f) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da M&G Poliéster S.A. e das seguintes controladas cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

	<b>Participação no capital social total - %</b>			
	<b>31/12/2013</b>		<b>31/12/2012</b>	
	<b>Direta</b>	<b>Indireta</b>	<b>Direta</b>	<b>Indireta</b>
M&G Polímeros Brasil S.A.	100,00	-	100,00	-
M&G Fibras e Resinas Ltda. (a)	-	-	99,99	-

M&G Fibras Brasil S.A. (a)	-	-	-	99,99
Tereftálicos Indústrias Químicas Ltda.	51,00	-	51,00	-

(a) Em função de reestruturação societária estas operações foram descontinuadas em 31 de julho de 2013.

As subsidiárias são consolidadas integralmente desde a data na qual a Companhia obteve o controle, e continuam sendo consolidadas até a data que cessa tal controle.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e do resultado soma, horizontalmente, os saldos das contas e na consolidação são eliminadas as participações da controladora nos patrimônios líquidos das controladas, bem como os saldos ativos e passivos, os resultados não realizados e os efeitos, na demonstração do resultado, de transações efetuadas entre essas empresas.

#### g) Operações descontinuadas

As demonstrações financeiras estão apresentadas os valores dos resultados básicos e diluídos de operações descontinuadas na demonstração do resultado, para qual o CPC 41 (IAS33) exige a apresentação na demonstração do resultado ou nas notas explicativas. A Companhia optou por demonstrar essas informações juntamente com outras informações exigidas para operações descontinuadas na Nota explicativa nº 1.3, apresentando as operações em conformidade na demonstração do resultado

## **10.6 Controles internos relativos á elaboração das demonstrações financeiras – Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor**

### **10.6. Controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:**

#### **a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las;**

A Administração da Companhia é responsável por implantar e manter uma estrutura adequada de controles internos para assegurar a elaboração das Demonstrações Financeiras.

A avaliação dos controles internos tem por objetivo fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade das informações contábeis e à elaboração das demonstrações financeiras para divulgação externa de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos.

Os controles internos da Companhia que visam assegurar a elaboração das demonstrações financeiras incluem principalmente as políticas e procedimentos que (i) se relacionam aos processos de negócios que refletem as transações de entrada de mercadorias, administração dos estoques, reconhecimento de receita, os fluxos de pagamento e recebimento; (ii) se relaciona à processos contábeis e de elaboração dos relatórios financeiros que visam garantir que as transações são registradas de forma a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos; (iii) se relaciona à impostos que refletem às apurações e compensações de acordo com a legislação vigente; (iv) se relaciona à revisão trabalhista que refletem a política de recursos humanos, remuneração e benefícios; (v) se relaciona à controles do ambiente de processamento informatizado que refletem a segurança física, acesso lógico, cadastros de usuários do sistema aplicativo e da rede, implementação desenvolvimento e manutenção de sistemas aplicativos e plano de continuidade de negocio.

Além das revisões internas os controles internos são submetidos a uma avaliação periódica realizada pelos auditores independentes da Companhia, com o objetivo de ratificar a estabilidade e segurança dos controles e quando necessários corrigir eventuais falhas apontadas.

A Administração da Companhia entende que sua estrutura atual de controles internos está adequada e atinge em sua plenitude o grau de eficiência necessário para elaboração de demonstrações financeiras confiáveis.

**b) deficiências e recomendações sobre os controles internam presentes no relatório do auditor independente:**

A administração analisou as recomendações sobre os assuntos relacionados aos controles internos apontados pelos auditores independentes da Companhia e avaliou que não houve comentários significativos que pudessem impactar a avaliação da Administração de Companhia em relação á eficiência dos controles internos que pudessem resultar em distorções relevantes nas demonstrações financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.

**10.7 – Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios**

Até a data da apresentação da Proposta da Administração não houve oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

**10.8 – Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Até a data da apresentação da Proposta da Administração não houve outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.

**10.9 – Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Até a data da apresentação da Proposta da Administração não houve itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

**10.10 – Plano de negócios**

Até a data da apresentação da Proposta da Administração não há plano de negócios.

### **10.11 – Outros fatores com influência relevante**

Não há outros fatores que a Companhia julgue ter influência relevante.

## **Proposta de Remuneração Global para os Membros da Administração**

### **Art. 12, I da Instrução CVM nº 481 de 17 de dezembro de 2009**

Considerando que a **M&G POLIÉSTER S.A.** (“M&G Poliéster” ou “Companhia”) é uma sociedade não operacional e que as atividades desenvolvidas pelos seus Administradores não são remuneradas pela Companhia, mas pagas diretamente pela respectiva sociedade na qual o Administrador desempenha as suas funções, a Administração, vem, em cumprimento à Instrução Normativa CVM nº 481/2009 e ao artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, propor que não haja remuneração a ser paga pela Companhia aos seus Administradores para o exercício social de 2014.

Assim, nos termos do artigo 12, inciso II, da Instrução CVM 481/2009, disponibilizamos aos Acionistas as informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência no Anexo à presente Proposta.

### **ARTIGO 12, INCISO II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

#### **PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES**

### **13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES**

**13.1.** Descrição da política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

- Os membros do Conselho de Administração, da diretoria estatutária e não estatutária não recebem remuneração pelo exercício do cargo.
- Os membros do Conselho Fiscal possuem remuneração fixa, seguindo o percentual mínimo exigido na Lei nº 6.404/1976.
- A Companhia não possui comitês.

**a.** Objetivos da política ou prática de remuneração:

Não aplicável.

**b.** Composição da remuneração, indicando:

**i.** descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

Não aplicável.

**ii.** qual a proporção de cada elemento na remuneração total?

Os membros do conselho fiscal recebem o mesmo percentual da remuneração total.

**iii.** metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

Não há.

**iv.** razões que justificam a composição da remuneração:

Não há.

**c.** Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Não há.

**d.** Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

Não há.

**e.** Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo:

Não há.

**f.** Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não há.

**g.** Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:

Não há.

**13.2.** Remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal<sup>1</sup>:

---

<sup>1</sup> Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

<b>2014</b>	<b>Conselho de Administração (anual)</b>	<b>Diretoria Executiva (anual)</b>	<b>Conselho Fiscal (anual)</b>	<b>Total</b>
Número de membros	04	03	03	10
Remuneração (em R\$)	ZERO	ZERO	330.000,00	330.000,00

<b>2013</b>	<b>Conselho de Administração (anual)</b>	<b>Diretoria Executiva (anual)</b>	<b>Conselho Fiscal (anual)</b>	<b>Total</b>
Número de membros	04	03	03	10
Remuneração (em R\$)	ZERO	ZERO	330.000,00	330.000,00

<b>2012</b>	<b>Conselho de Administração (anual)</b>	<b>Diretoria Executiva (anual)</b>	<b>Conselho Fiscal (anual)</b>	<b>Total</b>
Número de membros	04	03	03	10
Remuneração (em R\$)	ZERO	ZERO	322.200,09	322.200,09

<b>2011</b>	<b>Conselho de Administração (anual)</b>	<b>Diretoria Executiva (anual)</b>	<b>Conselho Fiscal (anual)</b>	<b>Total</b>
Número de membros	04	03	03	10
Remuneração (em R\$)	ZERO	ZERO	298.000,00	298.800,00

<b>2010</b>	<b>Conselho de Administração (anual)</b>	<b>Diretoria Executiva (anual)</b>	<b>Conselho Fiscal (anual)</b>	<b>Total</b>
Número de membros	04	03	03	10
Remuneração (em R\$)	ZERO	ZERO	298.800,00	298.800,00



## 13.2. Outros

**Custos sociais, inclusive previdenciários, nas despesas remuneratórias atribuídas aos membros do conselho fiscal, nos 3 últimos exercícios sociais e a remuneração prevista para o exercício social corrente, caso o conselho fiscal seja instalado**

Ano base	2011 (R\$)	2012 (R\$)	2013 (R\$)	2014 (R\$) (previsão)
Valor bruto (pro labore)	298.800,00	322.200,09	330.000,00	330.000,00
INSS Patronal	59.760,00	64.440,02	66.000,02	66.000,02
<b>Total</b>	<b>358.560,00</b>	<b>386.640,11</b>	<b>396.000,02</b>	<b>396.000,02</b>

**13.3.** Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão; 0b. número de membros; c. em relação ao bônus: (i) valor mínimo previsto no plano de remuneração; (ii) valor máximo previsto no plano de remuneração; (iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas; e (iv) valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais; d. em relação à participação no resultado: (i) valor mínimo previsto no plano de remuneração; (ii) valor máximo previsto no plano de remuneração; (iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas; e (iv) valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais<sup>2</sup>:

Não há.

**13.4.** Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

Não há.

**13.5.** Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

O Sr. Lineu Jorge Frayha é titular de 4.030 (quatro mil e trinta) ações ordinárias de emissão da Companhia.

O Sr. João Luis de Freitas Teixeira é titular de 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia.

O Sr. José Veiga Veiga é titular de 108.060 (cento e oito mil e sessenta) ações ordinárias de emissão da Companhia.

---

<sup>2</sup> Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

Os demais membros do Conselho de Administração e os respectivos suplentes detêm, cada um, uma ação de emissão da Companhia, em atendimento ao disposto no artigo 11º do Estatuto Social da Companhia.

Quantidade de ações agrupadas por órgão:

<b>Órgão</b>	<b>Quantidade de Ações</b>
Conselho de Administração	112.096
Conselho Fiscal	0
Diretoria Estatutária	108.061

**13.6.** Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não há.

**13.7.** Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não há.

**13.8.** Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não há.

**13.9.** Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Não há.

**13.10.** Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, incluir as seguintes informações: (a) órgão; (b) número de membros; (c) nome do plano; (d) quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar; (e) condições para se aposentar antecipadamente; (f) valor atualizado das contribuições atualizadas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; (g) valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; e (h) se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições:

Não há.

**13.11.** Indicação dos itens da tabela abaixo, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

<b>2013</b>	<b>Conselho de Administração (média mensal)</b>	<b>Diretoria Executiva (média mensal)</b>	<b>Conselho Fiscal (média mensal)</b>	<b>Total</b>
Número de membros	04	03	03	10
Remuneração (em R\$)	ZERO	ZERO	8.950,00	8.950,00

<b>2012</b>	<b>Conselho de Administração (média mensal)</b>	<b>Diretoria Executiva (média mensal)</b>	<b>Conselho Fiscal (média mensal)</b>	<b>Total</b>
Número de membros	04	03	03	10
Remuneração (em R\$)	ZERO	ZERO	8.950,00	8.950,00

<b>2011</b>	<b>Conselho de Administração (média mensal)</b>	<b>Diretoria Executiva (média mensal)</b>	<b>Conselho Fiscal (média mensal)</b>	<b>Total</b>
Número de membros	04	03	03	10
Remuneração (em R\$)	ZERO	ZERO	8.300,00	8.300,00

Observação: Tendo em vista que, conforme consta das tabelas acima, a remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria sempre foi zero, não há o que se falar em remuneração máxima, mínima e média. Da mesma forma, uma vez que a remuneração dos membros do Conselho Fiscal é sempre fixa, não há o que se falar em remuneração máxima, mínima e média.

**13.12.** Descrição dos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as conseqüências financeiras para a Companhia:

Não há.

**13.13.** Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de

administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Não há.

**13.14.** Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não há.

**13.15.** Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Não há.

**13.16.** Outras informações que a Companhia julga relevantes:

Não há.

**Informações referentes aos candidatos a membros titulares e suplentes, indicados para composição do Conselho Fiscal, caso este seja instalado na Assembleia Geral Ordinária da M&G Poliéster S.A. em 2014.**

<b>Candidato</b>	<b>CPF</b>	<b>Indicação</b>	<b>Cargo</b>	<b>Prazo do mandato</b>	<b>Condenação nos últimos 5 anos</b>
<b>Jorge Michel Lepeltier</b>	070.190.688-04	Indicado pelo controlador	Presidente	1 ano	não
<b>Aurélio Belarmino Barbosa</b>	050.837.708-06	Indicado pelo controlador	Membro	1 ano	não
<b>José Antonio de Assis</b>	044.964.428-68	Indicado pelo controlador	Membro	1 ano	não
<b>Massao Fábio Oya</b>	297.396.878-06	Indicado pelo controlador	Suplente de Jorge Michel Lepeltier	1 ano	não

<b>José Rosolini Netto</b>	044.964.428-68	Indicado pelo controlador	Suplente de Aurélio Belarmino Barbosa	1 ano	não
<b>Fábio Assis Simões</b>	292.979.058-03	Indicado pelo controlador	Suplente de José Antonio de Assis	1 ano	não

**Currículos dos Candidatos acima indicados ao Conselho Fiscal da Companhia.**

**JORGE MICHEL LEPELTIER** - Idade 63 anos – Graduado em Economia e Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com curso de Gerenciamento Ambiental pela ESALQ – Escola de Ensino Superior Luiz de Queiroz em Piracicaba. Especializou-se em Mercado de Capitais, Finanças e Planejamento Estratégico pela New York University. Com uma carreira que ultrapassa 40 anos, adquiriu experiência nas áreas de compras, vendas, fusões e incorporações de empresas de grande porte, em complemento com as áreas de contabilidade, controladoria, tesouraria e a de controles internos e governança corporativa, mercê de suas experiências profissionais junto a empresas da linha branca e ao Grupo Whirlpool (USA), no qual trabalhou de maio de 1978 até agosto de 1993, sendo inicialmente designado Tesoureiro, e após 2 anos guindado a posição de CFO e Diretor de Relações com Investidores do grupo Brasmotor. Anteriormente atuou por 12 anos na Price Waterhouse Auditores Independentes como Auditor e Consultor, tendo alcançado a posição de Sênior Manager, possuindo a coordenação de trabalhos na área bancária, industrial, comercial, etc. Presentemente é consultor autônomo e presta serviços nas áreas administrativa, financeira, societária, e de auditoria desde longa data, sendo sócio da Jorge Lepeltier Consultores Associados. Atua em Conselhos de Administração, Conselhos Fiscais e Comitês de Auditoria, e nos últimos 5 anos atuou como Conselheiro de Administração nas seguintes empresas: AES Tietê S.A., período 2008-2011, Companhia Paranaense de Energia - Copel, período 2009-2011, Triunfo Participações e Investimentos S.A., período 2009-2011, entre outras. Como Conselheiro Fiscal atuou nas seguintes empresas: TIM Participações S.A., período de 2011-2012, Cia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp, período de 2003-2009, Drogasil S.A., período de 2000-2011, entre outras. Como Membro de Comitê de Auditoria atuou nas seguintes empresas: Triunfo Participações e Investimentos S.A., período 2009-2011, Positivo Informática S.A., período de 2009-2011, entre outras. É presentemente Conselheiro de Administração da Pettenati Indústria Têxtil S.A., Conselheiro Fiscal da Alpargatas S.A., Mangels S.A., M&G Poliéster S.A., e Membro do Comitê de Auditoria da Anhanguera Educacional Participações S.A. entre outras.

**AURÉLIO BELARMINO BARBOSA** – Idade 63 anos – Formado em Direito pela Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU) em 1972 e em Contabilidade pela Faculdade de Economia, Ciências Contábeis e Atuariais “Coração de Jesus” da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 1965. Atuou em diversos trabalhos de auditoria para atender clientes de capital alemão, austríaco, suíço, etc. Atualmente é sócio-gerente da Barbosa & Souza Auditores Associados S/C desde 1976. De 1975 a 1976, ocupou o cargo de Gerente de Auditoria na Irmão Campos auditores Independentes S/C. Entre os anos de 1966 e 1975, exerceu o cargo de Supervisor de Auditoria na Treuhand Auditores Associados S/C.

**JOSÉ ANTONIO DE ASSIS SIMÕES** – Idade 67 anos – Formado em Administração de Empresas pela Universidade São Judas Tadeu (USJT) em 1972 e contabilistas em 1964. Iniciou sua carreira profissional dentro do Grupo Rhodia Mundial, onde exerceu diversas funções nas áreas: contábil, gestão industrial, tributária e societária. Atualmente atua como sócio - consultor societário e tributário na Companhia CJ Consultoria Empresarial Ltda e é membro do conselho de Administração da COOP – Cooperativa de Consumo desde 2004.

**MASSAO FÁBIO OYA** – Idade 32 anos – Formado em Ciência Contábeis pelo Centro Universitário Padre Anchieta em Jundiá em 2003 e com MBA em Gestão Financeira e Controladoria pelo Centro Universitário Padre Anchieta em Jundiá em 2008. É consultor autônomo na Jorge Lepeltier Consultores Associados prestando serviços de consultoria e assessoria empresarial nas áreas administrativa, financeira, societária, auditoria e governança corporativa, especialmente na atuação em Conselhos Fiscais como membro titular e suplente, de Companhias de renome no mercado.

**JOSÉ ROSOLINI NETTO** – Idade 75 anos – Formação Técnica de Contador – CRC SP 46133; e de Economista – CORECON 29.810-7. Exerceu cargos de Contador de Custos, Contador Geral, Gerente Financeiro, Diretor Financeiro e Administrativo, e Consultor de Empresas, nas empresas Hoover Brasileiras S.A; Ponds do Brasil Ltda; Trol S.A.; Parker Pen do Brasil Ltda; Ima do Brasil Ltda; e Renascença Consultores Ltda.

**FABIO ASSIS SIMÕES** - Idade **X** anos, Administrador de Empresas, inscrito no CPF/MF sob o nº. 292.979.058-03 e portador da cédula de identidade RG nº 25.017.742 SSP/SP, residente e domiciliado a Rua das Nogueiras, nº. 175, apartamento 11, Bairro Jardim, na cidade de Santo André, São Paulo - CEP 09090-090.

**Informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência referente ao candidato Suplente do Vice-presidente Andrea Maria Caperoni do Conselho de Administração**

#### **12.6 / 8 – Composição e experiência profissional**

**DARCIO DA SILVA** – CPF 596.978.658-68, 64 anos, formado em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Engenharia Industrial - FEI (1973). Coursou também o Programa de Desenvolvimento de Executivos da Fundação Dom Cabral. Iniciou as suas atividades na Rhodia em 1974, onde exerceu as funções de Chefe do Serviço de Fabricação e Qualidade e de Gerente da Planta de São Bernardo do Campo. Na Rhodia-ster foi Gerente da Planta de Cabo de Sto. Agostinho (PE). Atualmente é Diretor da Unidade de Suape (PE) do Grupo M&G no Brasil.

Indicado pelo Controlador para exercer o cargo de Suplente do Vice-Presidente do Conselho de Administração Andrea Maria Caperdoni.

12.7 – Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Não há.

12.9 – Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Não há.

12.10 – Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

Os membros do Conselho de Administração Lorenzo Montagna, Marco Toselli, Mario Barbieri, Andrea Maria Caperdoni são empregados de controladora da Companhia, os membros José Veiga Veiga, João Luis de Freitas Teixeira, Teresa Cristina Perez Ribeiro Oliveira e Dárcio da Silva (candidato a suplente do Vice-Presidente Andrea Maria Caperdoni) são empregados de controladas da Companhia.